Estados enfrentam aumentos de gastos em meio ao recuo de receita

Contas públicas Dados dos 26 Estados e Distrito Federal mostram que a receita tributária caiu 7,8% em termos reais contra iguais meses de 2022

Estados elevam gasto com servidor e sofrem com queda de receitas

Marta Watanabe De São Paulo

Os governadores enfrentaram no primeiro semestre do mandato queda de receitas e alta de despesas, passada principalmente por gastos com pessoal, que têm natureza permanente. Dados dos 26 Estados e Distrito Federal mostram que a receita tributária caiu 7,8% em termos reais contra iguais meses de 2022, pressionando a receita corrente, que recuou 2,3%. No mesmo período as despesas correntes cresceram 4,7% reais, com avanço de 6,6% no gasto com pessoal. Investimentos seguiram a lógica do ciclo eleitoral e caíram 27,4%.

A queda na receita tributária recuou em 15 dos 27 entes em termos reais. As transferências correntes, que incluem o Fundo de Participação dos Estados (FPE), mostram ter esgotado parte da força. Importantes na composição de receitas de alguns Estados, as transferências correntes caíram em 14 dos 27 entes. Total também de 14 Estados teve perda real de receita corrente de janeiro a junho. Em 11 deles o recuo de ingressos aconteceu simultaneamente à alta das despesas correntes. Em todos os 15 entes em que as receitas correntes cresceram os gastos correntes avançaram em ritmo maior. A diferença de taxas chegou a 11,4 pontos percentuais.

Há também, porém, o arrefecimento de fatores que resultaram em arrecadação elevada na primeira metade de 2022, como a inflação e a mudança de preços relativos impactados por altas cotas de commodities como o petróleo, cuja preço se elevou com a guerra entre Rússia e Ucrânia.

O conjunto de dados, incluindo o resultado primário do Banco Central (BC), ressalta Pires, indica que a maior parte do ajuste já ocorreu nos Estados. Pólos dados do BC, o superávit dos Estados virou déficit desde o início do ano. De 0,18% do PIB em janeiro desceu para 0,07% do PIB em maio. Em junho, há registro recuando de superávit primário estadual para 0,07% do PIB, sempre em 12 meses.

“Sete Estados falaram em tendência de crescimento do superávit primário, mas tudo indica que pouco de piorar”, diz Pires. A expectativa no cenário geral dos Estados é de que a arrecadação tende a uma normalização, com gastos se acomodando a novo patamar de receitas. “Dependerá da política de gasto de pessoal de cada Estado”, afirma, também depende da capacidade de tomar operações de crédito e da liberalidade do governo federal para criar instrumentos voltados aos governos regionais.

No Rio Grande do Norte a folha de pagamentos é um dos grandes desafios para 2023, diz Carlos daude Xavier, secretário da Fazenda potiguar. Ele conta que parou o 13º salário de 2022 em junho deste ano e em 2023 o tração não deve se repetir. A despesa de pessoal no Estado cresceu 6,2% de janeiro a junho deste ano a comparação com iguais meses de 2022, o que contribuiu para a ímpetu corrente avançar 15,4% nos 12 meses encerrados em abril.

Xavier, que também é presidente do Conselho, comitê que reúne secretários estaduais de Fazenda, lembra que em 2022 as receitas do segundo semestre foram frustradas com a redução de ICMS imposta aos Estados, o que dificultou o equilíbrio de contas do governo.

O Estado espera, diz Xavier, formalizar até fim de agosto a adesão ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) e com isso iniciar trajetória de queda do gasto com pessoal ainda em 2023. Algumas

com pessoal ultrapassaram os 10%. O economista Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE), lembra que dados levantados anteriormente pelo Valor mostraram que as despesas de pessoal cresceram em termos reais 4,3% no primeiro semestre de 2022. No segundo semestre de 2022, destaca, o avanço foi de 7,1%, sempre contra igual período do ano anterior. “A desaceleração dessa despesa no primeiro semestre de 2023 de certa forma foi modesta. Onde dá para ver ajuste mais contundente é nos investimentos. No primeiro ano de novos mandatos algum ajuste é normal, mas também pesa o fato de que o governo precisa se acomodar a nível mais baixo de receitas, seja pelas mudanças tributárias que aconteceram no segundo semestre de 2022, seja pela atividade econômica”, diz ele, referindo-se às Leis Complementares (LCs) 192/22 e 194/22. Essas leis resultaram em redução da arrecadação do ICMS em segmentos importantes como combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

“Ajuste mais contundente”

medidas tomadas pelo governo potiguar, afirma, já fizeram efeito nas receitas. O aumento da alíquota padrão de ICMS de 18% para 20% desde abril deste ano foi uma delas e contribuiu para a arrecadação tributária própria do Estado avançar 4,9% reais no primeiro semestre. Mesmo assim a receita corrente caiu 0,6% reais no mesmo período. O secretário conta que o Estado espera a entrada de R\$ 350 milhões em receitas extraordinárias até o fim do ano, o que possibilitaria fechar as contas em equilíbrio. As receitas devem vir de medidas como a oferta de “Refin” e a venda da folha de pagamentos.

“O que nos preocupa é o PFE, muito importante para Estados do Nordeste, que apresentou queda em alguns repasses do início do segundo semestre”, diz Xavier. No agregado dos 27 entes, as transferências correntes chegaram a subir 7,2% no período. Mas essa variação é influenciada por São Paulo, cuja receita de transferência corrente saiu de R\$ 10,3 bilhões no primeiro semestre de 2022 — em valores atualizados — para R\$ 24,09 bilhões de janeiro a junho deste ano. A Fazenda Paulista informa que, segundo manual do Tesouro, o Estado passou a incluir recursos do

no campo das despesas, retribuição contratuais mais longos e parcelou reajuste salarial. Será concedido aumento de 3% em setembro e 2,79% em janeiro de 2024. A ideia, com isso, diz Renata, é conter a despesa de pessoal, que no Estado aumentou 9,88% reais no primeiro semestre de 2023. “O descolamento entre receitas e despesas na primeira metade do ano aconteceu porque as medidas tomadas tiveram prazo para iniciar efeitos”. No segundo semestre, lembra ela, além de impacto maior das medidas, haverá base de comparação menor para a arrecadação. “Queremos manter a despesa corrente no mesmo nível do ano passado, em termos reais”, diz ela. De janeiro a junho, a despesa corrente alguma cresceu 10,1% e a receita corrente avançou 3,6%.

No Espírito Santo, a receita corrente caiu 8,7% no primeiro semestre, em comparação com a arrecadação das medidas, haverá base de comparação menor para a arrecadação. “Queremos manter a despesa corrente no mesmo nível do ano passado, em termos reais”, diz ela. De janeiro a junho, a despesa corrente alguma cresceu 10,1% e a receita corrente avançou 3,6%.

“O que nos preocupa é o PFE, muito importante para Estados do Nordeste”

Carlos Xavier

Descompasso

Receitas e despesas correntes - R\$ bilhões

Table with columns: Estado, Receitas correntes (1º sem/2023, 1º sem/23/1ºsem22 (%)), Despesas correntes (1º sem/2023, 1º sem/23/1ºsem22 (%)). Rows include SP, MG, RJ, BA, PR, RS, PE, SC, GO, PA, CE, MT, DF, AM, MA, ES, MS, PB, AL, TO, RJ, DF, PE, AC, AP, RR.

Fonte: Susefin/STN, com observação de Valor. Dados consolidados de 1 a 30 de agosto/23. 26 Estados e DF. Comparamento real: real sobre real e despesa. Unidade: R\$ bilhões. **Em termos reais em comparação com 2022.

Investimentos caem

Dados selecionados do agregado dos Estados* - em R\$ bilhões

Table with columns: Conta, 1º sem/2023, 1º sem/23/1ºsem22 (%). Rows include Receita corrente, Transferências correntes, Despesa corrente, Pessoal e encargos sociais, Investimentos, Investimentos + Investimentos financeiros.

Fonte: Susefin/STN, com observação de Valor. Dados consolidados de 1 a 30 de agosto/23. *Inclui DF, com exclusão de SP e PA.

medidas tomadas pelo governo potiguar, afirma, já fizeram efeito nas receitas. O aumento da alíquota padrão de ICMS de 18% para 20% desde abril deste ano foi uma delas e contribuiu para a arrecadação tributária própria do Estado avançar 4,9% reais no primeiro semestre. Mesmo assim a receita corrente caiu 0,6% reais no mesmo período. O secretário conta que o Estado espera a entrada de R\$ 350 milhões em receitas extraordinárias até o fim do ano, o que possibilitaria fechar as contas em equilíbrio. As receitas devem vir de medidas como a oferta de “Refin” e a venda da folha de pagamentos.

“O que nos preocupa é o PFE, muito importante para Estados do Nordeste, que apresentou queda em alguns repasses do início do segundo semestre”, diz Xavier. No agregado dos 27 entes, as transferências correntes chegaram a subir 7,2% no período. Mas essa variação é influenciada por São Paulo, cuja receita de transferência corrente saiu de R\$ 10,3 bilhões no primeiro semestre de 2022 — em valores atualizados — para R\$ 24,09 bilhões de janeiro a junho deste ano. A Fazenda Paulista informa que, segundo manual do Tesouro, o Estado passou a incluir recursos do

no campo das despesas, retribuição contratuais mais longos e parcelou reajuste salarial. Será concedido aumento de 3% em setembro e 2,79% em janeiro de 2024. A ideia, com isso, diz Renata, é conter a despesa de pessoal, que no Estado aumentou 9,88% reais no primeiro semestre de 2023. “O descolamento entre receitas e despesas na primeira metade do ano aconteceu porque as medidas tomadas tiveram prazo para iniciar efeitos”. No segundo semestre, lembra ela, além de impacto maior das medidas, haverá base de comparação menor para a arrecadação. “Queremos manter a despesa corrente no mesmo nível do ano passado, em termos reais”, diz ela. De janeiro a junho, a despesa corrente alguma cresceu 10,1% e a receita corrente avançou 3,6%.

“O que nos preocupa é o PFE, muito importante para Estados do Nordeste”

Carlos Xavier

Table with columns: \$ bilhões, Despesas correntes (1º sem/2023, 1º sem/23/1ºsem22 (%)). Rows include SP, MG, RJ, BA, PR, RS, PE, SC, GO, PA, CE, MT, DF, AM, MA, ES, MS, PB, AL, TO, RJ, DF, PE, AC, AP, RR.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6